



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 58ª
(QUINQUAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER A LIBERDADE DE APRENDER, ENSINAR, PESQUISAR E
DIVULGAR O PENSAMENTO, A ARTE E O SABER (art. 206, II, CF),
EM 25 DE JUNHO DE 2015**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Celina Leão e Chico Vigilante

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas

TÉRMINO: 19 horas e 4 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| • Deputado Agaciel Maia – PTC | • Deputada Luzia de Paula – PEN |
| • Deputado Bispo Renato Andrade – PR | • Deputado Prof. Israel – PV |
| • Deputada Celina Leão – PDT | • Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT |
| • Deputado Chico Leite – PT | • Deputado Rafael Prudente – PMDB |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Robério Negreiros – PMDB |
| • Deputado Cristiano Araújo – PTB | • Deputado Rodrigo Delmasso – PTN |
| • Deputado Joe Valle – PDT | • Deputado Wasny de Roure – PT |
| • Deputado Juarezão – PRTB | • Deputado Wellington Luiz – PMDB |
| • Deputado Lira – PHS | |

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.



2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Celina Leão):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 661, de 2015, dos Deputados Chico Vigilante, Luzia de Paula e Ricardo Vale, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II, CF).

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADO CHICO VIGILANTE**, presidente da sessão e autor do requerimento
- **DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS**, presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC
- **FÁBIO PEREIRA DE SOUSA**, Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional da Secretaria de Estado de Educação do DF
- **ROSILENE CORREA**, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – Sinpro-DF e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
- **LEONARDO MATHEUS**, Diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes
- **ANDRÉ JOÃO COSTA**, Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes – UNE
- **ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA**, professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Explica que o sentido desta Comissão Geral é discutir a importância de se debater o Projeto de Lei nº 1, de 2015, a chamada *Lei da Mordaca*, que julga ter em sua proposta central o cerceamento do direito de liberdade de expressão dos professores dentro das salas de aula, impedindo o processo de discussão e de proliferação da pluralidade de opiniões.

– Ressalta o caráter democrático do País, pelo qual os pensamentos e as ideologias devem dividir espaço igualmente.

– Relembra o primeiro movimento de greve da categoria dos professores, em 1969, e discorre sobre a luta dos referidos profissionais.

– Manifesta a sua indignação com a tentativa de silenciar e de neutralizar o trabalho realizado pelo corpo docente nas escolas, que acrescenta ao desenvolvimento dos alunos a diversidade de concepção e de ideias.



DEPUTADO JOE VALLE – PDT

– Saúda os presentes e alude à homilia de um bispo católico, proferida em missa no último domingo, quando este se referiu à polêmica votação sobre o tema ideologia de gênero, inserido no Plano Distrital de Educação – PDE, reduzindo apenas a esse assunto o enfoque principal do relevante projeto.

– Parabeniza o Deputado Chico Vigilante por trazer assuntos importantes à Câmara Legislativa, para que sejam debatidos com a população.

– Posiciona-se contrariamente à *Lei da Mordaza*, e defende a retirada de pauta do referido projeto de lei.

ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA, professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB

– Cumprimenta os presentes e agradece a oportunidade de debater projeto de tão relevante tema em nome da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

– Tece comentários sobre as normas que regem a educação, analisando os artigos 205 e 206 da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e a Lei nº 4.751/12, que trata da gestão democrática no ensino público.

– Reconhece a importância política da educação para a cidadania, e opina que não existe neutralidade política no processo de formação dos alunos.

– Destaca o caráter democrático da sociedade e a autonomia do professor nos debates de ideias em sala de aula.

– Ressalta a importância dos grêmios estudantis.

ANDRÉ JOÃO COSTA, vice-presidente regional da UNE

– Agradece a presença dos estudantes neste debate, e anuncia que hoje será a sua última participação como vice-presidente da Regional da UNE.

– Compara o teor do projeto de lei em questão com a ideologia imposta na época da ditadura militar.

– Sienta que o debate deveria ocorrer em torno do avanço do ensino técnico no Distrito Federal.

– Divulga que ocorreu, no presente mês, o congresso da UNE, no qual 98% das instituições de ensino participaram, o que demonstra a credibilidade da instituição.

– Sustenta que o projeto de lei conhecido como *Lei da Mordaza* apresenta em seu conteúdo muitas contradições que visam a cercear o pluralismo de ideias no meio acadêmico e a calar os movimentos estudantis.

– Menciona as grandes conquistas obtidas no sistema educacional por intermédio de manifestações realizadas por estudantes e professores.

– Avisa que os movimentos estudantis irão promover atos de repúdio contra a proibição da gestão democrática, e solicita a imediata retirada do PL nº 1/15 de pauta.



DEPUTADO AGACIEL MAIA – PTC

- Felicita os deputados responsáveis pela realização desta comissão geral.
- Cita o inciso II do art. 206 da Constituição Federal de 1988, de onde infere que cabem à instituição escolar a decisão e a ação de acordo com a sua proposta pedagógica.
- Discorre sobre a liberdade de ensinar e a de aprender, e avalia que a aprendizagem do aluno depende da primeira, o que significa ser o educador livre para escolher o que julga melhor para os educandos, optando pelo modelo mais apropriado ao ensino.
- Chama a atenção para o respeito à democracia e ao direito de livre pensamento, com o cuidado de não se deformar a prática pedagógica em sala de aula.

LEONARDO MATHEUS, diretor da Ubes

- Cumprimenta os presentes, menciona as entidades Sinpro-DF, Cedlan, UNE UBES e UESDF, e enaltece o espaço democrático para debates.
- Descreve a trajetória de lutas e passeatas estudantis em defesa da democracia, partindo da época da ditadura militar até os dias atuais, destacando o valor dos estudantes Daniel Faria Honestino Monteiro Guimarães e Edson Luís de Lima Souto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – PV

- Parabeniza o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa desta comissão geral e pela metodologia utilizada na condução dos trabalhos, e saúda todos os presentes.
- Discorre sobre o teor do projeto, e explica que a proposta de neutralidade de ideologia contrapõe-se à Lei de Diretrizes Básicas, além de confrontar as conquistas sociais obtidas pela sociedade.
- Afirma que o projeto de lei é uma ameaça à segurança jurídica do corpo docente, uma vez que as condutas utilizadas pelos professores em sala de aula serão tachadas de crime.
- Manifesta o seu repúdio a essa tentativa de retrocesso na educação do País, cuja proposta julga ser semelhante à metodologia utilizada na educação durante o período da ditadura militar.

ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA, professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB

- Observa que o projeto apresenta uma dicotomia em relação às oportunidades proporcionadas aos alunos das escolas públicas e aos das escolas privadas, em que estes últimos terão acesso a diferentes autores e posicionamentos, o que será vetado aos primeiros.



– Menciona a Ação Direta de Inconstitucionalidade – Adin ajuizada no Supremo Tribunal Federal, que debate o ensino religioso, obrigatório apenas nas escolas públicas.

– Censura a distinção imputada aos estudantes do ensino público, que serão prejudicados em sua formação.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – PDT

– Explica que o projeto de lei em debate engloba também o ensino particular.

ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA, professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB

– Menciona que o texto abarca, em princípio, a escola pública, e, por isso, restringiu o seu enfoque.

– Agradece ao Deputado Prof. Reginaldo Veras o esclarecimento.

– Julga contraditório o teor do projeto de lei.

ROSILENE CORREA, professora diretora do Sinpro-DF e representante da CNTE

– Cumprimenta os membros da Mesa, em especial os estudantes presentes.

– Discute a autonomia e o direito de saber dos alunos, e convida todos a refletirem sobre os interesses escusos do projeto em questão.

– Lamenta a ausência de representantes que defendam o ponto de vista favorável ao projeto, e argumenta que a sua presença enriqueceria o debate.

– Registra seu posicionamento contrário ao projeto em pauta, questionando e relacionando o modelo de escola proposto com a redução da maioria penal.

– Critica a falta de convite a professores e alunos para discutir os rumos da educação.

– Faz uma análise dos riscos que envolvem as inovações do projeto, teme a criminalização da prática pedagógica e defende a gestão democrática conquistada.

– Rende homenagens ao Sinpro pela trajetória de 36 anos de lutas em prol da cidadania, e sugere a todos a leitura dos textos de Paulo Freire.

FÁBIO PEREIRA DE SOUSA, Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional da Secretaria de Estado de Educação

– Enfatiza a importância e a participação de todos neste debate.

– Informa que o Secretário de Educação não pôde estar presente na tarde de hoje, tendo em vista estar participando de reunião com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – Consed, em Porto Velho.

– Avisa que há erros na elaboração do referido projeto, e sugere ao Parlamento que a Secretaria de Educação e todos os envolvidos participem da discussão dos assuntos ligados ao sistema educacional.



- Destaca a importância da autonomia dos projetos político-pedagógicos dentro das escolas.
- Realça a importância do trabalho no núcleo escolar sobre a diversidade e a pluralidade cultural, frutos de conquistas na gestão democrática.
- Enumera os vários problemas que o Sistema Educacional terá caso o projeto de lei seja aprovado.
- Sugere a formação de um grupo de trabalho, com a participação ampla de representantes de todas as esferas envolvidas, para debater de forma pontual a referida proposição.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – PDT

- Avisa que o parecer técnico ao projeto de lei encontra-se à disposição dos que desejarem ter acesso ao conteúdo, bastando enviar um *e-mail* com o pedido para a sua assessoria.
- Faz uma análise do projeto, e conta histórias de quando ainda era aluno, no Centro de Ensino Médio nº 5, em Ceilândia, de um professor que, apesar de comunista, nunca doutrinou os alunos, e que é uma referência em sua vida.
- Discorda do texto da proposição que sugere a existência de fragilidade no processo ensino-aprendizagem, e contesta o argumento da doutrinação exposto em sua justificação.
- Condena o cerceamento, no projeto de lei, da liberdade de expressão dos professores.
- Ressalta o caráter pluralista das escolas, e exemplifica a afirmativa citando relações de amizade entre professores de linhas divergentes de pensamento que trabalham juntos e se respeitam de forma civilizada.
- Censura a proposta de fixação de tabela nas salas de aula que sinalizam as ações permitidas e as proibidas aos professores.
- Defende o respeito mútuo dentro da pluralidade da sociedade brasileira.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT

- Presta homenagem a cada um dos membros da Mesa, destacando suas qualidades de militância em defesa da educação, e enfatiza que é o autor da Lei dos Grêmios.
- Descreve o cenário nacional em seus aspectos econômico e político.
- Pondera que a legitimidade da propositura em debate deve ancorar-se na vivência da escola pública.
- Enaltece a participação dos Deputados Joe Valle e Prof. Reginaldo Veras no debate sobre o Plano Distrital de Educação, ocorrido nesta Casa.
- Elogia a Deputada Sandra Faraj pelo resgate do conceito de família.

JÚLIO BARROS

- Tece críticas ao projeto de lei em questão, e repudia o seu teor.



– Indaga aos parlamentares se irão negligenciar a Lei Orgânica do Distrito Federal, e solicita à autora do projeto que retire de tramitação o referido projeto.

FLÁVIO SOUSA, advogado

– Frisa que o projeto de lei reproduz a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica – CADH, do qual o Brasil é signatário.

– Afirma que, quando estudante da escola pública no Distrito Federal, foi vítima de doutrinação político-partidária.

MARCOS PAULO DOS ANJOS

– Frisa que alcançar uma verdade é o objetivo primordial deste debate.

– Pontua que o projeto possui aspectos relevantes, enfatiza a importância dada ao conceito de família e afirma ser contra ideologias.

VILMARA PEREIRA DO CARMO

– Ressalta que é inadmissível construir um projeto de lei sem ouvir as partes interessadas.

– Destaca que o teor do projeto em questão irá de encontro às tradições culturais do País, e menciona como exemplo a realização da festa junina, que é uma festa tradicional de origem católica.

– Assevera que há questões relevantes a serem debatidas sobre os problemas vividos pela Secretaria de Educação.

CARLA EMANUELLY

– Posiciona-se contrariamente ao projeto *Lei da Mordaca*, que considera um ataque à liberdade de expressão, e defende o direito dos estudantes de debater política nas salas de aula para desenvolver o senso crítico de cada um.

– Critica a Câmara Legislativa por não deliberar sobre a situação precária das escolas.

CLÁUDIO ANTUNES

– Pede respeito às entidades representantes de classes, fundamentais à vivência da democracia.

– Considera a repercussão do *Projeto da Mordaca* ou da *Escola sem Partido* como parte dos ataques à democracia que vêm ocorrendo desde o ano passado, e descreve os resultados da mobilização dos professores que são contrários à proposição.



JAIRO MENDONÇA

– Manifesta o seu apoio aos movimentos sociais que clamam por mais justiça, igualdade e respeito para todos.

JOÃO MOREIRA

– Repudia veementemente o projeto de lei em debate, que concebe como uma proposição ideológica, isento de qualquer fundamentação científica.

– Lê o inciso V do art. 3º do texto do projeto, que impede o professor de introduzir conteúdos conflituosos com as convicções religiosas e morais dos alunos e dos pais, e considera-o impraticável.

– Clama pelo convencimento contrário dos deputados ao projeto de lei.

MATHEUS AMARAL

– Posiciona-se a favor do PL nº 1/2015 e, como representante da juventude de Taguatinga, entende que o professor não deve doutrinar seus alunos.

SAMUEL DE ASSUNÇÃO

– Enfatiza que a omissão por parte dos professores impede a formação crítica de opinião dos alunos.

MATHEUS LINS

– Apresenta-se como aluno de filosofia da UnB, e assegura que lá, e também no ensino médio, sofreu doutrinação marxista.

– Afirma que não percebe penalização aos professores no projeto de lei, mas, sim, garantia à liberdade de consciência dos estudantes.

MICHELY ADRIANE

– Elogia o Deputado Prof. Reginaldo Veras, e afirma que sempre foi aluna de escolas públicas.

– Explica que se tornou professora por admiração a uma professora.

– Apresenta sua opinião favorável ao projeto em questão.

MATEUS RODRIGUES

– Manifesta-se contrário a alguns pronunciamentos feitos durante a sessão, e rememora momentos de luta dos jovens, nos quais há um registro de conquistas obtidas pelas entidades estudantis.

– Tece críticas ao projeto de lei em debate, e manifesta-se contrário a sua aprovação.



KAYRÃ OLIVEIRA RAMOS

- Acredita que o projeto de lei apenas prima pela ética do professor em sala de aula, mas não impede o debate com os alunos.
- Refere-se ao inciso III do art. 3º do projeto, sobre a proibição de realização de propaganda político-partidária pelo docente, e avalia que o item previne que alunos infantes sejam manipulados.
- Critica sindicatos que sofrem influência política, e manifesta-se favoravelmente ao projeto.

FERNANDO REIS

- Reclama respeito ao Sinpro-DF, que nasceu na época da ditadura militar e que é resultado de um árduo processo democrático.
- Refere-se aos comentários da ex-aluna do Deputado Prof. Reginaldo Veras, favorável ao projeto, como justificativa para a inexistência de doutrinação nas escolas.
- Discorda de comentário sobre criminalização, feito por quem o antecedeu, e esclarece que existem sanções para o descumprimento de leis.
- Descreve sua atuação na década de 90, como docente em Santa Maria, e convida a Deputada Sandra Faraj para uma visita às escolas das periferias do DF.

ALLYSSON PRATA

- Advoga seu direito de se pronunciar e de manifestar a sua opinião.
- Critica o projeto de lei em debate, e ressalta que há assuntos importantes a serem tratados para a sociedade.
- Enaltece o trabalho realizado pelos profissionais da educação, e posiciona-se contrário à aprovação do *Projeto da Mordaca*.

ANDRÉ JOÃO COSTA, vice-presidente regional da UNE

- Assevera que a UNE, a Ubes e o Sinpro-DF se engajarão na luta pela democracia.
- Reclama a realização, nesta Casa Legislativa, de debate sobre os problemas da Escola de Música de Brasília e da Escola Técnica de Brasília e sobre a implementação da Universidade Distrital.
- Convida os presentes a participarem da manifestação estudantil contra a redução da maioria penal, a realizar-se na próxima terça-feira, às 9 horas, na Esplanada dos Ministérios.

LEONARDO MATHEUS, diretor da Ubes

- Considera a CLDF um espaço amplo e democrático.



– Descreve a sua história como liderança do movimento estudantil, e comemora o fato de o debate ter oportunizado audiência imparcial de todas as opiniões.

– Enaltece a figura de Honestino Guimarães como grande defensor da democracia brasileira.

FÁBIO PEREIRA DE SOUSA, Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional da Secretaria de Estado de Educação

– Agradece o convite encaminhado à Secretaria de Educação para participar deste rico debate, e coloca-se à disposição para discutir o tema com mais profundidade, lembrando que o currículo escolar é um documento de identidade utilizado pelo sistema educacional.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – PDT

– Parabeniza o Deputado Chico Vigilante pela democrática condução desta comissão geral.

– Comenta citação de Santa Júlia Billiard, educadora do século XVI, em quem se espelhou na sua formação, na qual são ressaltadas a disciplina e a liberdade como princípios da educação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

– Agradece a presença de todos que participaram da Comissão Geral.

– Tece comentários sobre o respeito à diversidade sexual.

– Acredita que os regimes políticos são sustentados pela participação popular, e assevera que, sem estudantes, a Nação não tem futuro.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Ata considerada lida e aprovada na 59ª Sessão Ordinária, de 30/6/2015.